

Psicologias e transexualidades: escritos e escrituras da psicologia brasileira

Bárbara Guimarães Costa Pacheco

Emerson Fernando Rasera

Marco Aurelio Máximo Prado

Flavia do Bonsucesso Teixeira

“A gente não caminha muito, e o sofrimento das pessoas trans tem pressa”. (Luciana Vieira, 2016)¹

Este trabalho une os/as autores/as no entrecruzamento de um conjunto de reflexões sobre as políticas públicas e a produção do cuidado integral em saúde para a população de pessoas transexuais no Brasil. As nossas trajetórias se atravessam no compromisso de

1 Fala proferida na Mesa “Dispositivos Clínicos e Diversidade” durante a II Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados: Enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nos dias 08 a 11 de março de 2016.

produzir e avaliar uma pesquisa como requisito para a pós-graduação e se enredam na construção ético-política de um debate sobre a quem (não) interessa a despatologização das transexualidades. Tomamos como ponto de partida para essa discussão alguns resultados da dissertação de mestrado que analisou os trabalhos publicados na interface entre Psicologias e Transexualidades que circularam e impactaram a produção científica da Psicologia brasileira no período de 1997 a 2015, através da metodologia de Revisão Sistematizada Descritiva de Literatura (Pacheco, 2017).

Elegemos dois argumentos para pensar na interação entre as psicologias e as transexualidades: o primeiro seria identificar e discutir a perspectiva que parece hegemônica ao circular no campo da Psicologia, enquanto o segundo seria analisar como o lugar de produção desse conhecimento impacta no atrelamento das transexualidades a um diagnóstico.

Em março de 2016, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sediou a II Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados: enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo². A chamada para envio de trabalhos e também para compor a programação, ao mesmo tempo que desafiadora, era também desestabilizadora: que saberes/sujeitos performam uma psicologia LGBT? Como as transexualidades seriam enunciadas nessa psicologia e a partir de que posição?

Ainda num cenário que antecedia o processo que definiria a interrupção democrática no Brasil com o afastamento definitivo da presidenta eleita em agosto de 2016 e a eleição de um pastor evangélico para chefe do executivo no Rio de Janeiro, Sérgio Carrara, pesquisador do Centro de Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), ressaltou o cenário político, marcado por grandes retrocessos nos direitos LGBT, principalmente decorrentes

da acirrada disputa na esfera entre psicologia e religião, Estado e laicidade. Mesmo que o Projeto de Decreto Legislativo nº 234 de 2011 da Câmara dos Deputados (PDC 234/11) que estabelecia a sustação da Resolução CFP 001/99 já tivesse sido arquivado em 02/07/2013, suas implicações reverberavam, como bem analisado por Teixeira (2014). Em 2017, os/as pesquisadores/as participantes da mesa-redonda **“Laicidade do Estado, Religiões e Sexualidades”** no *I Colóquio Psicologia, Gênero e Sexualidades*³, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais, corroboravam a pertinência dessa discussão e contribuíram com suas preocupações sobre a interferência das religiões no campo da psicologia, destacando as diversas versões da chamada “cura gay”, do fundamentalismo religioso e da “psicologia cristã”.

Outro ponto de contato entre os eventos citados acima seria a temática das transexualidades; embora abordada em outros momentos, foram destinados espaços específicos para essa discussão. A sessão especial “Despatologização da transexualidade”, coordenada por Marco Aurelio Prado em 2016, retornou com um recorte instigante no evento organizado por ele em 2017: **“Despatologização: uma questão para Psicologia?”**. Não somente para esse pesquisador, a relação entre a Psicologia e as transexualidades parece desafiadora. Diferentes pesquisadores/as transitaram nos referidos eventos e, não sem razão, são também identificados/as como sujeitos enunciadore/as nesse campo. Entre as discussões, os entraves e os caminhos propostos pelos/as pesquisadores/as e as pesquisas de Borba (2014) e Oliveira (2013), que problematizaram as atuações do psicólogo na clínica com transexuais, surgiu materializado um abismo.

Nossa escolha pelo uso do termo psicologias anuncia nosso entendimento da psicologia enquanto um campo plural, com formas distintas de compreender a própria psicologia e atuar nela, campo

3 <https://coloquionuh.wordpress.com/>

discursivo no qual verdades operam objetos, métodos de investigação e abordagens. Compreendemos também, sem estabelecer dualismos, a psicologia como espaço de produção de saber/fazer em disputa que se expressa na clínica com transexuais não apenas produzindo vida e potência, mas também, muitas vezes, sofrimento e opressão. Nosso interesse, nesse momento, é descrever alguns aspectos sobre as publicações que circulam no campo da psicologia brasileira e problematizar a aparente hegemonia da prática clínica das transexualidades, identificada nos estudos de Borba (2014) e Oliveira (2013).

Foram analisados 81 trabalhos, sendo 12 teses, 31 dissertações e 38 artigos científicos. Conforme anunciado anteriormente, utilizamos aqui os resultados da revisão sistemática e, portanto, não retomaremos a discussão da metodologia que está acessível no texto original (Pacheco, 2017, p. 51).

Um campo em construção

A Resolução do Conselho Federal de Medicina (Resolução n. 1482/1997) inseriu oficialmente a prática da Psicologia como um componente obrigatório na identificação desse suposto desvio/transtorno, definindo inclusive suas atribuições. Essa inclusão convocou pesquisadores/as do campo *psi* para explicitar os discursos sobre sexualidade/gênero/normalidade/patologia, o que parece ter provocado desdobramentos na academia.

Os trabalhos identificados na revisão demonstram essa recente introdução das experiências das transexualidades como questão para o campo da psicologia. O primeiro trabalho defendido em Programa de pós-graduação foi no ano de 2004. Dias (2015) também identificou a presença de estudos sobre a transexualidade posteriores a 2002 em todas as áreas do conhecimento, embora em forma de artigos tenham sido publicados a partir dos anos 2000.

No entanto, reconhecer que o tema das transexualidades foi inserido recentemente como preocupação dos/as pesquisadores/

as brasileiros/as da área da psicologia não significa afirmar que ela não esteve presente nos discursos e práticas de psicólogos anteriormente. A psicologia sempre produziu gênero. Os discursos sobre o gênero, a diversidade sexual e as sexualidades dissidentes também seriam engendrados por um “agenciamento de saberes/verdades ... pautados e produzidos em redes de interdições, de normas morais e de uma suposta ‘verdade’ sobre o sexo” (Melo & Barreto, 2014, p. 686) que sempre informou quem é o sujeito na/para a psicologia. Esse pensamento psicológico disciplinar que teria emergido ainda no século XIX com foco nos problemas de ordem individual, na ordem da identificação e categorização do anormal, do patológico e do conflitivo (Detoni, Marques, Soares, & Nardi, 2011) se constituiu acionando o gênero e a sexualidade como um dos balizadores das fronteiras de uma suposta normalidade.

O reconhecimento/denúncia da psicologia como espaço de legitimação de práticas normativas parece ter alcançado uma posição importante. Se observarmos bem, muitos dos estudos desenvolvidos no campo psi sobre as experiências trans reconhecem a psicologia como um espaço de legitimação de práticas normativas. Essa posição, por um lado, nos parece importante, pois permite descrever historicamente os elementos discursivos e as práticas psi que participaram na construção das normatividades de gênero e das sexualidades; por outro lado, a aliança com ativistas LGBT e outros/as pesquisadores/as do campo pode potencializar ainda mais um espaço de subversão e produção de outras psicologias, produzindo ranhuras ainda mais densas na relação entre prática psi e normatividades de gênero.

Tomando a revisão da literatura que ancora este artigo, pode-se compreender que o vínculo entre a produção acadêmica, as práticas psi e o ativismo LGBT indica que tem sido um fundamental potencializador de novas práticas não normalizadoras do gênero. Nessa revisão, observamos que os/as principais interlocutores/as do campo da psicologia com as transexualidades estão na academia, embora os

posicionamentos teórico-políticos em torno da defesa da autonomia das pessoas trans e o questionamento do diagnóstico das transexualidades e seu atrelamento aos marcadores patológicos não são homogêneos e nem mesmo traduzem consenso no campo, como sintetizamos no panorama traçado a seguir.

Para exemplificar essas multiplicidades, foram identificadas pesquisas que objetivavam estabelecer medidas e avaliações para determinar características específicas para transexuais (Andreazza et al., 2014; Fontanari, 2015; Fontanari et al., 2013; Leri, 2015), bem como trabalhos que posicionavam a psicologia como capaz de identificar um distúrbio/transtorno e então autorizar ou não a realização da cirurgia de transgenitalização (Abreu, 2005; Miranda, 2015; Monteiro, 2009; Pinto, 2008; Saadeh, 2004; Sampaio & Coelho, 2012; Teixeira, 2006, 2012a, 2012b; Verduguez, 2009). Ao mesmo tempo, pesquisas apresentavam críticas ao diagnóstico, inicialmente como norteador do acesso à saúde e, posteriormente, à condição de patologia atribuída à transexualidade (Amaral, 2007; Arán & Amaral, 2009; Arán, Murta, & Lionço, 2009; Araújo, 2010; Barbosa, 2010, 2013; Jesus, 2013; Lionço, 2006; Silva, 2013), e outros trabalhos parecem alinhados com as diretrizes da APA (2015) e buscam alternativas para que o psicólogo possa desenvolver competências para atuar com as pessoas transexuais, buscando informações sobre identidade de gênero e sexualidade (Araújo, 2010; Cossi, 2010, 2014; Cunha, 2013; Porchat, 2014).

Atravessando as discussões das transexualidades do campo da saúde e dos limites do diagnóstico, outros trabalhos denunciam a transfobia como elemento central nos processos de discriminação e estigmatização que marcam a trajetória das pessoas transexuais (Barbosa, 2015; Bonfim, 2009; Monteiro, 2015; Peres & Toledo, 2011; Silva & Cerqueira-Santos, 2014; Torres, 2012; Torres & Prado, 2014). Alguns trabalhos denunciavam o cerceamento dos direitos das pessoas transexuais como efeitos de normativas e legislações (Cordeiro, 2012; Lima, 2013; Pereira, 2015).

O maior número de pesquisas identificadas resulta de dissertações, o que geralmente implicaria menor aprofundamento nas discussões teóricas do campo disciplinar e também em menor tempo para o seu desenvolvimento, quando comparadas às exigências das teses. No entanto, alguns/algumas pesquisadores/as permaneceram investigando essa temática e contribuindo com a consolidação de diferentes linhas de pesquisa no doutorado (Pacheco, 2017, p. 79). Esses resultados contribuem para pensar que, mesmo sendo um campo incipiente, com poucos/as pesquisadores/as, esses estão envolvidos/as na formação de novos/as pesquisadores/as e na produção/circulação desses conhecimentos. Em relação aos artigos científicos, parte significativa resultou das pesquisas de mestrado e doutorado de seus autores principais e, em outra parte, o/a primeiro/a autor/a é docente no ensino superior, sendo que, entre esses docentes, a maioria também atua na pós-graduação.

A produção acadêmica identificada na revisão poderia ser considerada pouco expressiva, considerando o quantitativo; no entanto, a sua circulação tem ocupado espaços de reconhecimento, uma vez que mais de 70% dela circula em revistas com estratos que oscilam entre A1 e B2, considerando a classificação *Qualis* (Pacheco, 2017, p. 99).

Embora a classificação dos artigos nos indicadores A1 até B2 possa sugerir o alinhamento com a necessidade de responder às exigências dos programas de pós-graduação, considerando que a publicação resulta de processo de avaliação pelos pares, as revistas científicas são consideradas como “um elemento de contribuição para o progresso científico de um campo do conhecimento” (Costa & Yamamoto, 2008, p. 23). As publicações, no formato artigo, indicam também a possibilidade de que estudantes de graduação, pesquisadores/as e docentes tenham acesso a essas discussões produzidas no campo disciplinar.

A produção sobre transexualidades na psicologia brasileira parece resultado de um esforço de poucos/as pesquisadores/as. Essa parece ser uma questão importante, pois, por um lado, temos uma política

pública que considera o psicólogo como profissional obrigatório em uma equipe de trabalho que executa uma parte significativa da oferta de cuidado às pessoas transexuais e, por outro, essas experiências ocupam pouco espaço de reflexão no campo de atuação psicológica, mesmo nos espaços de formação da/o psicóloga/o.

Lugares e sujeitos

Diferentemente das pesquisas sobre travestis, que são realizadas ou iniciadas a partir dos espaços de prostituição (Amaral, Cruz, Silva, & Toneli, 2014), quase metade dos estudos identificados na revisão acessaram os/as participantes da pesquisa em eventos científicos e de militância, áreas de lazer, salões de beleza, parques e praças, moradia, entre outros, todos considerados parte da rede de sociabilidades dos/as colaboradores/as dos estudos. Não nos passaria despercebida a quantidade de trabalhos que acessaram os/as participantes a partir dos lugares de atenção transespecífica, numa somatória que corresponde a quase metade da totalidade dos estudos identificados (Pacheco, 2017, p. 96).

Considerando o número reduzido de serviços que oferecem cuidados específicos para as pessoas transexuais no Brasil, sendo que oficialmente seriam, até junho de 2017, cinco serviços credenciados para a oferta da Modalidade Ambulatorial e Hospitalar e quatro somente para a modalidade Ambulatorial, consideramos pertinente identificar os serviços onde foram realizadas as pesquisas, sendo que todos seriam Hospitais, exceto em Brasília, cujo serviço ambulatorial não se encontrava credenciado no momento de encerramento desta análise.

Convidamos a pensar acerca dos efeitos dos discursos que circulam nos espaços de cuidado especializados em saúde na produção/circulação de saberes sobre as transexualidades.

Nesses atravessamentos entre sujeitos e lugares, não somente os/as participantes são chamados/as a falar a partir de seu ingresso/demanda por serviços especializados como também parte significativa dos/

as pesquisadoras/as integra ou integrava esses serviços. Se ainda a referência espacial para iniciar as pesquisas com travestis permanece vinculada à prostituição, e pensamos no impacto do atrelamento de sentidos entre travestis e prostituição (Teixeira, 2013), a centralidade dos centros de referência possibilita pensar nos efeitos disso para a manutenção das verdades ancoradas na disforia e na patologia. Não nos parece acaso que as pesquisas que questionam os serviços, incluindo a atuação da psicologia e seu atrelamento à patologia, foram realizadas por pesquisadores que não compunham equipes e não estavam vinculados ao campo *psi* (Borba, 2014; Oliveira, 2013; Tenenblat, 2014).

É nesse lugar de poder-saber forjado pelo campo *psi*, particularmente a psicologia, ou através dela, que as pesquisas participam das cenas em disputa sobre a despatologização das transexualidades. É sobre esse fluxo de narrativas demarcando o que a psicologia tem produzido que nosso interesse se desdobra.

Problemas d(n)a saúde

A transexualidade é inserida no circuito discursivo a partir de um saber sobre “a doença”, e foi nesse contexto que também a psicologia foi “convidada a atuar” a partir de um discurso do outro (Teixeira, 2017). Essa correlação é pertinente para contextualizar os resultados da revisão em relação às temáticas identificadas. Para analisar os resultados, seguimos a estratégia metodológica proposta por Bardin (1995) na Análise de Conteúdo, cujos procedimentos foram explicitados por Pacheco (2017). Para a discussão aqui proposta, trabalharemos apenas com as categorias que se relacionam diretamente à questão da saúde.

Uma primeira categoria, a maior delas, foi inicialmente nomeada como Transexualização e Saúde Mental. O uso do termo “transexualização” foi inspirado na produção de Silva e Oliveira (2015), que o propuseram como um processo de reconhecer-se transexual e

na produção de uma identidade transexual a partir das experiências pessoais: estudos sobre a constituição psíquica e a produção de uma identidade transexual; estudos sobre autorreconhecimento das pessoas transexuais envolvendo processos de subjetivação e identidade; estudos sobre percepção de masculinidades e feminilidades, e processos de reconhecimento do próprio corpo. Foram também agrupados nessa categoria os trabalhos que discutem a transexualidade e a psicopatologia ancorados na psicanálise.

A segunda categoria, nomeada como Processo Transexualizador, reuniu os trabalhos que tratavam as questões envolvendo a cirurgia de redesignação sexual e suas condições de realização no Brasil. Somaram-se os trabalhos sobre a assistência em saúde para as pessoas transexuais que acabam atravessadas pelo processo transexualizador, incluindo aqui a discussão sobre HIV/aids e fatores relacionados.

Mantivemos como discussões atreladas ao campo da saúde os trabalhos que demarcavam como problema de investigação as relações afetivo-sexuais de pessoas transexuais. Embora em pequeno número, eles informam que as práticas e desejos sexuais das pessoas transexuais permanecem como objeto de investigação para a psicologia e que as pessoas transexuais permanecem “condenadas” a um inquérito sobre suas sexualidades. Os trabalhos compuseram a categoria Vivências Afetivo-Sexuais.

Em menor número, apenas três produções, sendo uma tese e duas dissertações, compuseram a categoria nomeada como Despatologização. Foram reunidos aqui os trabalhos cujos temas centrais questionavam o reconhecimento da transexualidade como transtorno mental. Referiam-se à defesa da autonomia dos sujeitos, ao questionamento do diagnóstico “psi” e seus efeitos sobre as práticas de saúde para essa população.

A hegemonia das discussões oriundas da/na saúde parecia auto-explicativa e também poderia estar associada ao local de acesso dos/as participantes da pesquisa, bem como de alguns/algumas pesquisadores/as. No entanto, quando em confronto com a questão

inicial sobre quais saberes têm sido produzidos/circulados na produção acadêmica sobre as psicologias e as transexualidades, afirmar que esses saberes estão ancorados no campo da saúde tornou-se insuficiente.

Todas essas categorias sugeriam que uma nova categoria deveria ser construída no sentido de garantir a exclusão mútua e homogeneidade. Assim, reagrupá-las em uma única categoria denominada “Problemas d(n)a saúde” parecia ter se tornado fértil (Bardin, 1995). Nessa categoria foram incorporadas as produções anteriormente distribuídas nas categorias transexualização e saúde mental, o processo transexualizador, as vivências afetivo-sexuais e a despatologização.

Percebemos um deslocamento das discussões sobre as transexualidades que inicialmente tratavam de questões relativas à transexualização e saúde mental das pessoas transexuais e foram incorporando as problematizações sobre a patologização das identidades transexuais e seus dissensos sobre o diagnóstico. Ainda que trabalhos recentes defendam o diagnóstico a ser realizado na perspectiva de identificação de “um transexual verdadeiro”, inclusive com a aplicação de testes, eles são minoria nesse campo.

É no contexto de pensar o acesso aos serviços de saúde que a questão do diagnóstico da transexualidade parece estabelecer consenso entre os estudos identificados. Os questionamentos da manifestação do desejo da cirurgia como critério diagnóstico e do diagnóstico como porta de acesso ao serviço parecem alinhar um conjunto de trabalhos na defesa da despatologização da transexualidade.

A recusa ao diagnóstico parece ter forjado um consenso; no entanto, ela é atravessada ainda por um conjunto de posições ambíguas em defesa de uma clínica psicológica da transexualidade, mesmo que aparentemente respaldando a perspectiva da não patologização da transexualidade. Nesse lugar escorregadio, temos a produção de um silêncio sobre a compulsoriedade do tratamento psicológico e o tempo mínimo de atendimento, também previstos a partir da Resolução do CFM e incorporados à Portaria do Processo Transexualizador.

Concluindo

Poucos trabalhos desamarram as transexualidades do campo da saúde e dos limites do diagnóstico. São esses os que parecem ter maior comprometimento com a perspectiva da despatologização das transexualidades quando aportam seus olhares nas lutas por visibilidade e outras esferas de sociabilidade das pessoas transexuais. Denunciam a transfobia como elemento central no cerceamento dos direitos das pessoas transexuais. Embora sejam ainda em menor quantidade de trabalhos apresentados, parecem indicar perspectivas de futuras pesquisas importantes e alinhadas à trajetória da psicologia e das transexualidades no cenário internacional da Psicologia. O movimento pelo questionamento das transexualidades como patologias e da prática diagnóstica parece estar ancorado em um alinhamento das diretrizes internacionais, inclusive divulgadas em documento da própria American Psychological Association (APA) intitulado “Guidelines for Psychological Practice with Transgender and Gender Nonconforming People” (American Psychologist Association, 2015).

Referências

Abreu, F. G. O. (2005). *Transexualismo: um estudo sobre a representação de si no método de Rorschach*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.

Amaral, D. M. (2007). *A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Amaral, M. S., Silva, T. C., Cruz, K. O., & Toneli, M. J. F. (2014). “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a07v26n2.pdf>.

American Psychological Association. (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychological*

Association, 70(9), 832-864. Recuperado de <https://www.apa.org/practice/guidelines/transgender.pdf>.

Andreazza, T. S., Costa, A. B., Massuda, R., Salvador, J., Silveira, E. M., Piccon, F. Carvalho, R. et al. (2014). Discordant Transsexualism in Male Monozygotic Twins: Neuroanatomical and Psychological Differences. *Archives of Sexual Behavior*, 43, 399-405. Recuperado de <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10508-013-0151-8>.

Arán, M., Amaral, D. M., & Lionço, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1141-1149. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>.

Arán, M. & Amaral, D. M. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 15-41. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>.

Araújo, L. R. (2010). *Transexualidade: dos transtornos às experiências singulares*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barbosa, B. C. (2010). *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Barbosa, B. C. (2013). “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 14, 352-379. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>.

Barbosa, B. C. (2015). *Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bonfim, P. T. S. (2009). *Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.

Borba, R. (2014). *(Des)aprendendo a “ser”: trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-

graduação em Lingüística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cossi, R. K. (2010). *Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cossi, R. K. (2014). Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(1), 9-17 Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X201400100003&lng=pt&tlng=pt.

Cordeiro, D. M. (2012). *Transtorno de identidade sexual em adultos e justiça: laudo psicológico para mudança de prenome*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psiquiatria, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Costa, A. L. F. & Yamamoto, O. H. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação *Qualis* de Psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 13-24. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100003.

Cunha, E. L. (2013). Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer. *Revista EPOS*, 4(2), 08. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X201300200004&lng=pt&tlng=pt.

Detoni, P. P., Marques, D. M., Soares, L. V., & Nardi, H. C. (2011). As formas do “fazer psi” e a constituição das políticas públicas associadas à diversidade sexual. *Psicologia política*, 11(22), 279-294. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200007.

Dias, R. B. (2015). *Identidade de Gênero Trans e Contemporaneidade: representações sociais nos processos de formação e educação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Fontanari, A. M, V. (2015). Impacto dos eventos traumáticos em aspectos clínicos da transexualidade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psiquiatria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Fontanari, A. M. V., Andreatza, T. S., Costa, A. B., Salvador, J., Koff, W., Aguiar, B., Ferrari, P. et al. (2013). Serum concentrations of brain-derived neurotrophic

factor in patients with gender identity disorder. *Journal of Psychiatric Research*, 47, 1546-1548. Recuperado de [http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956\(13\)00138-6/abstract](http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956(13)00138-6/abstract).

Jesus, B. M. (2013). *Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil: seus discursos e suas dinâmicas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Lerri, M. R. (2015). *Caracterização de pacientes portadores de Transtorno de Identidade de Gênero*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ginecologia e Obstetrícia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Lima, M. L. C. (2013). *O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Lionço, T. (2006). *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Melo, R. A. M. & Barreto, D. J. (2014). Formação em Psicologia: discursos e saberes sobre experimentações de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 676-689. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000300676.

Miranda, E. R. (2015). Transexualidade e sexuação: o que pode a psicanálise. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 7(1), 52-60. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p52>.

Monteiro, I. R. L. (2015). *A exclusão democrática de travestis e transexuais na gestão educacional: um estudo das relações entre gênero, sexualidade e hierarquia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Monteiro, M. P. (2009). Transamérica: na encruzilhada da sexuação. *Estudos de Psicanálise*, 32, 111-116. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372009000100013&lng=pt&tlng=pt.

Oliveira, M. J. (2013). *Confissões da carne: uma experiência clínica de atendimento psicoterapêutico a transexuais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Pacheco, B. G. C. (2017). *Psicologias e transexualidades: o estado da arte da produção teórica brasileira*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG.

Pereira, V. M. (2015). *Entre corpos abjetos e zonas de monstruosidade: traçados e passeios pela legislação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Peres, W. S. & Toledo, L. G. (2011). Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 261-277. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006&lng=pt&tlng=pt.

Pinto, M. J. C. (2008). *A vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Porchat, P. (2014). O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. *Revista EPOS*, 5(1), 112-130. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100007&lng=pt&tlng=pt.

Resolução CFM n. 1.482, de 10 de setembro de 1997. (1997). Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. Recuperado de: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm.

Saadeh, A. (2004). *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psiquiatria, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sampaio, L. L. P. & Coelho, M. T. Á. D. (2012). Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *Interface*, 16(4), 637-649. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-2832012000300005&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012000300005>.

Silva, A. L. (2013). *Processo de transsexualização: uma análise inter e intrageracional de histórias de vida*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Silva, A. L. & Oliveira, A. A. S. (2015). Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 484-508. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200004&lng=pt&tlng=pt.

Silva, B. B. & Cerqueira-Santos, E. (2014). Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da SPAGESP*, 15(2), 27-44. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&tlng=pt.

Teixeira, F. B. (2013). *Dispositivos de dor: saberes/poderes que (com)formam as transexualidades*. São Paulo: Annablume.

Teixeira, F. B. (2017). (Des)Engano: revisando as Portarias do Processo Transexualizador no SUS. In A. P. Uziel & F. L. Guilhon (Orgs.), *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos* (pp. 313-352). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Teixeira, M. C. (2006). Mudar de sexo: uma prerrogativa transexualista. *Psicologia em Revista*, 12(19), 66-79. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000100007&lng=pt&tlng=pt.

Teixeira, M. C. (2012a). Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. *Revista aSEPHallus*, VII(14). Recuperado de www.isepol.com/asephallus.

Teixeira, M. C. (2012b). *“A pessoa que se é”: sobre as relações entre personalidade e corpo numa sexuação transexualista*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Teixeira, N. B. V. (2014). *“Cura gay é o meu cavalo!”: a normalização da homossexualidade e a resolução CPF 1/99*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Tenenblat, M. J. T. (2014). *A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Torres, M. A. (2012). *A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direito nas figurações sociais contemporâneas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Torres, M. A. & Prado, M. A. (2014). Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. *Educação & Realidade*, 39(1), 201-220. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000100012>.

Verduguez, E. R. U. (2009). *Aspectos da psicosssexualidade e da personalidade de pacientes autodenominados transexuais masculinos e femininos avaliados pelo teste projetivo de Szondi*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo.